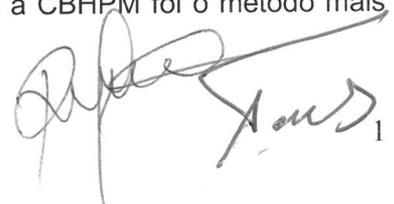
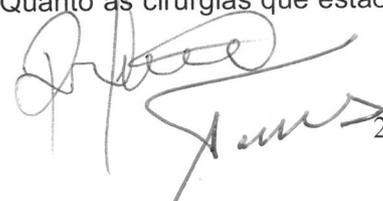


ATA DA TRECENTÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

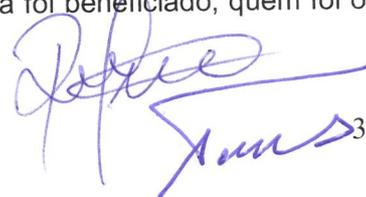
1 Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas e quarenta e cinco minutos,
2 realizou-se a Trecentésima Quarta Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal,
3 no Auditório da Secretaria de Estado de Saúde do DF, com a presença do Presidente Rafael de Aguiar
4 Barbosa, da Secretária Executiva do CSDF, Ivanda Martins Cardoso, e dos **Conselheiros Titulares**,
5 **segmento gestor**: Gislene Regina de S. Capitani, Fátima Lúcia Rôla, José Bonifácio Carreira Alvim,
6 Maria Natividade Gomes da S. T. Santana, dos **Conselheiros Titulares**, **segmento trabalhador**: João
7 Cardoso da Silva, Lucilene Úrsula Loriato Morelo, Abílio Castro Filho, Tiago Sousa Neiva, dos
8 **Conselheiros Titulares**, **segmento usuário**: Célia Maria Nunes, Marcos José Cardoso Faria,
9 Domingos de Brito Filho, Yara Dias da Silva, Gracielly Alves Delgado, Antonio Lisboa Gonçalves,
10 Raimundo Nonato de Lima, dos **Conselheiros Suplentes**, **segmento gestor**: Roselle Bugarin
11 Steenhower, dos **Conselheiros Suplentes**, **segmento trabalhador**: Bruno Metre Fernandes, José
12 Arnaldo Pereira Diniz, dos **Conselheiros Suplentes**, **segmento usuário**: Luis Carlos Macedo
13 Fonseca, João Florêncio Pimenta, Regina Lúcia Pinto Cohen. Verificada ausência de quorum, a
14 Secretária Executiva procedeu à composição da Mesa Diretora, com o Conselheiro José Bonifácio
15 Carreira Alvim, o Conselheiro Raimundo Nonato Lima, a Conselheira Yara Dias da Silva e o
16 Conselheiro Abílio Castro Filho. A **Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso** iniciou com uma
17 explicação a respeito dos motivos que levaram a realização da RE, os mutirões de cirurgia de
18 oftalmologia. Prosseguiu informando que o Ministério Público recomendou que não se fizesse o
19 pagamento referente aos procedimentos do mutirão por meio de RPA. Acrescentou que os mutirões
20 não pararam, mas diminuíram a agilidade. Disse que a reunião com o Ministério Público, ocorrida no
21 dia anterior a esta Reunião Extraordinária, foi positiva, restando algumas questões a serem discutidas
22 com a gestão. O **Conselheiro José Bonifácio Carreira Alvim** procedeu à explicação com
23 esclarecimentos a respeito dos mutirões. Explicou que a idéia dos mutirões é pegar as cirurgias
24 eletivas, com fila de espera muito longa, e repassar a verba, repassada pelo Ministério da Saúde, para
25 realização dos mutirões. Disse que uma maneira de realizar o mutirão pela SES era a utilização de sua
26 própria rede. A segunda era a contratação de uma clínica privada. Argumentou que a idéia foi utilizar a
27 rede pública, através dos centros cirúrgicos, em seu período ocioso para fazer o mutirão, ou seja, à
28 noite e nos feriados, utilizando-se os profissionais da rede. Explicou que existem duas maneiras de se
29 realizar o pagamento, uma é por hora extra e a outra é por procedimento. Optou-se pelo método por
30 procedimento, pois a hora extra possui atrativos somente para o profissional em final de carreira,
31 diminuindo assim a produtividade, já que os médicos em início de carreira não se sentiriam motivados a
32 participar do mutirão, ao passo que o pagamento por produtividade atrairia tanto os médicos em início
33 de carreira quanto em final, além de que o recebimento seria por procedimento realizado, tornando-se
34 um fator motivacional para o mutirão. Seguiu explicando que a contratação de uma clínica privada seria
35 de operacionalização inviável por conta da baixa tabela do SUS, além de que os custos seriam bem
36 mais elevados, por conta da taxa hospitalar. A **Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso** solicitou
37 que os conselheiros que participaram da reunião com o Ministério Público expusessem suas
38 impressões, caso desejassem. O **Conselheiro Raimundo Nonato de Lima** disse que compareceu ao
39 Ministério Público e ouviu do Promotor uma questão que o deixou preocupado, de como os
40 pagamentos estão sendo feitos, que um médico de Brasília, em três semanas, ganhou 98.000,00
41 realizando cirurgias de emergência, e que os procedimentos de alta complexidade não entraram no
42 mutirão. Relatou que, segundo o Procurador, procedimentos como a vitrectomia não entraram no
43 mutirão, que tem 80 pacientes com questão oncológica, de trauma de cabeça e pescoço que também
44 não entraram no mutirão, e essas pessoas muitas vezes vão a óbito. Afirmou que o Ministério Público
45 informou que não vetou ou embargou o mutirão, somente solicitou que as cirurgias de alta
46 complexidade sejam feitas. Finalizou questionando a respeito dessas questões. O **Conselheiro Abílio**
47 **Castro Filho** disse que logo que assumiu a função de Conselheiro do CSDF teve a preocupação com o
48 encaminhamento de algumas prioridades do CSDF, da pauta do CSDF, de haver adequação aos
49 detalhes. Disse estar otimista com relação à discussão. O **Conselheiro Tiago Sousa Neiva** informou
50 que o Sindicato dos Médicos é a favor do mutirão de cirurgias. Ressaltou que os hospitais devem
51 manter a produtividade normal, sem desmarcação de cirurgias eletivas. Acrescentou que o mutirão
52 deve ser feito, preferencialmente, por servidores da própria Secretaria de Saúde. Fez referência ao
53 recebimento por RPA, informando que existem médicos, em Samambaia, que ainda não receberam o
54 pagamento, gerando assim insatisfação. Citou o caso do Dr. Agnelo, que inclusive cogita entrar com
55 uma ação judicial para receber o seu pagamento devido. Ponderou que a CBHPM foi o método mais



56 eficaz e justo, sendo a melhor tabela para pagamento dos servidores. Defendeu que a prioridade deve
57 ser a vida das pessoas, sendo esses os procedimentos que devem ser realizados em primeiro lugar. A
58 **Conselheira Fátima Lúcia Rola** disse que convocou o Conselho Regional de Saúde do Guará para
59 que o mutirão não pare agora. Citou a presença das Gerentes dos Centros de Saúde nº 03, 04 e 01,
60 além do Gerente do Centro de Saúde nº 02. Informou que foi feito um levantamento do número de
61 usuários na lista de espera, desde 2005, para pequenas cirurgias, com cerca de 2000 usuários
62 aguardando. Manifestou-se favorável à realização do mutirão, como meio de zerar a fila de espera para
63 as cirurgias. Disse que semana passada esteve, a pedido do Secretário de Saúde, verificando um caso
64 de uma usuária que entrou com uma ação no Ministério Público, a respeito da internação de seu pai na
65 UTI do Hospital da Ceilândia. Relatou que ligou para a família do usuário internado para saber o motivo
66 da denúncia feita ao MP, o que foi respondido que era porque seu pai necessitava de uma hemodiálise
67 e atrasou um dia. Complementou que foi então explicado ao responsável pelo paciente que o
68 transporte do paciente naquele momento era de alto risco, o que foi entendido pelo usuário e a ação
69 retirada. Finalizou solicitando a imediata retomada do mutirão de cirurgias. A **Conselheira Úrsula**
70 **Loriato Morelo** disse que algumas coisas têm que ser esclarecidas com relação ao mutirão, que a
71 CBHPM é aceitável no mercado porque há equiparação ao mercado referente ao pagamento recebido.
72 Prosseguiu com a colocação de algumas dúvidas sobre os procedimentos adotados no mutirão. Disse
73 que a tabela da CBHPM tem várias edições com diferentes valores, e deve-se definir qual edição será
74 utilizada para o pagamento. Prosseguiu informando que a tabela, diferente da tabela AMB, que vinha
75 com código puro, vem com custo operacional, e isso deve ser esclarecido, se vai se pagar o valor final,
76 ou só o honorário médico. Acrescentou que essa tabela não contempla nenhum outro profissional a
77 não ser os médicos. Disse que, à exceção da Fisioterapia, que utiliza essa tabela, qualquer outro
78 profissional não utiliza. Que se um enfermeiro for trabalhar no mutirão ele vai receber por outra tabela,
79 e isso tem que ser esclarecido. Disse que a preocupação referente ao ganho médico deve ser vista na
80 ótica da sua produtividade. Destacou que a responsabilidade do pós-operatório deve ficar claro no
81 mutirão. Justificou o destaque porque houve uma época que as cirurgias foram feitas no serviço
82 privado e quando os pacientes voltavam para a SES a responsabilidade tornava-se dela e não de
83 quem operou. Alertou com relação aos códigos de procedimento utilizados, para que não ocorra
84 duplicidade em procedimentos complexos. Comentou sobre o horário da realização do mutirão, que
85 deve ficar bem claro para a auditoria. O **Conselheiro João Cardoso da Silva** destacou a participação
86 dos gestores na cobrança de uma solução, como a Conselheira Fátima Rola o fez. Comentou que a
87 explicação técnica dada pela Conselheira Úrsula Loriato foi de grande valia. Disse que a administração
88 deve fazer um meio termo entre os ganhos dos médicos, enfermeiros e técnicos. Questionou o atraso
89 no pagamento dos procedimentos, que a questão deve ser esclarecida. Disse que é preciso uma
90 comunicação séria e verdadeira. O **Conselheiro Antonio Lisboa Gonçalves** frisou a necessidade,
91 percebida na condição de usuário, da informação ao paciente, referente aos procedimentos efetuados,
92 para que o atendimento aconteça de forma eficiente. Disse que falta acolhimento, consciência cívica na
93 rede pública de saúde. Exemplificou o atendimento de saúde com seu próprio caso, que não leva,
94 utilizando seu plano de saúde, mais de dez minutos entre o preenchimento da ficha e o atendimento.
95 Disse que está faltando transparência nas informações prestadas à sociedade referentes à capacidade
96 de atendimento da rede pública em seu horário normal de expediente e a sua respectiva produtividade
97 fora dos mutirões e horas extras. O **Convidado Dr. José Menezes Neto**, Diretor Executivo do FSDF,
98 falou sobre a transparência existente na SES. Relatou que houve uma Portaria publicada no Diário do
99 Distrito Federal, tem os critérios publicados, a relação de todas as pessoas que estão sendo pagas,
100 que antes do Ministério Público o Secretário determinou ao Corregedor que fizesse auditoria nos
101 valores pagos acima de dez mil reais, não existindo uma pessoa que não foi assistida. Acrescentou
102 que existe toda a documentação referente aos gastos efetuados em cirurgias, que 99% dos usuários
103 atendidos estão satisfeitos. Disse ainda que, com relação ao pagamento, no ano passado um decreto
104 limitava o prazo para empenho e, logo após o encerramento do exercício, uma das primeiras medidas
105 do Senhor Governador foi a edição de um decreto autorizando o pagamento dos servidores que
106 participaram dos mutirões, e imediatamente os pagamentos começaram a ser realizados. Frisou que
107 hoje já foi pago um milhão de reais aos servidores que realizaram os mutirões ano passado e o
108 orçamento já está preparado para chegar à casa dos três milhões. Explicou que o que ocorre é um
109 procedimento normal de conferência da documentação. O **Convidado Dr. Humberto** esclareceu que o
110 mutirão é a única forma viável, hoje, para se realizar os procedimentos. Quanto às cirurgias que estão



111 sendo realizadas no horário contratual, informou que foram realizadas, no ano passado, setenta e duas
112 mil cirurgias nos horários contratuais e o resultado pode ser observado nos Hospitais do Gama,
113 Hospital de Base. Disse que as cirurgias eletivas, infelizmente, vão ficar em uma fila de espera porque
114 todos os hospitais têm uma vasta fila de cirurgias de emergência. Respondeu que, referente ao Dr.
115 Agnelo, de Samambaia, citado pelo Conselheiro Tiago, que todos os processos são analisados de
116 forma criteriosa e somente deferidos após aprovação. Ressaltou a necessidade de o processo estar
117 perfeitamente instruído. Disse, ainda, que a produtividade cirúrgica, com a adesão do CBHPM,
118 aumentou consideravelmente. Acrescentou que, quanto ao pós-operatório, todos os cirurgiões no
119 mutirão fizeram o pré-operatório e o pós-operatório. Respondeu que, referente ao funcionamento da
120 cirurgia oftalmológica, que o processo é regulado que o médico somente opera os pacientes regulados
121 pela SES. Acrescentou que não há demanda reprimida para cirurgias de câncer de mama e colo de
122 útero. Informou que as especialidades contempladas foram ortopedia, otorrino, urologia, oftalmologia,
123 cirurgia vascular, cirurgia geral e ginecologia. O **Conselheiro José Bonifácio Carreira Alvim** interveio
124 explicando que a contemplação das cirurgias no mutirão depende de avaliação médica. O **Conselheiro**
125 **Abílio Castro Filho** sugeriu ao plenário que os mutirões próximos passem pelo CSDF. O **Convidado**
126 **Dr. Humberto** reafirmou a transparência do processo e confirmou que poderá dar ciência prévia ao
127 CSDF nos próximos mutirões. Informou que, referente ao credenciamento externo, ocorre a
128 desvalorização dos médicos do SUS, o pós-operatório não é feito e os protocolos da SES não são
129 conhecidos pelos médicos externos. A **Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso** anunciou a
130 presença do **Presidente Rafael de Aguiar Barbosa**, que, inicialmente, declarou que a questão do
131 mutirão é um embate político. Lembrou que no Governo Cristovam Buarque iniciou o mutirão e foi
132 chamado ao Ministério da Saúde, à época, para ensinar como era o esquema de funcionamento do
133 mutirão. Acrescentou que o ocorrido aqui foi uma adesão a um programa do Governo Federal, que
134 acontece em todo o País, com adequações pontuais para promoção da equiparação de pagamento,
135 por meio da tabela CBHPM. Expôs, com um breve histórico, os fatos que estão acontecendo no DF e
136 que levaram ao estado atual de diminuição do ritmo do mutirão, em parte decorrente da atuação do
137 Ministério Público, na figura do Sr. Jairo Bisol, e que se for o caso, para atender a população da melhor
138 forma possível e não paralisar os mutirões poderia ser adotada até mesmo outra forma de pagamento
139 aos profissionais envolvidos, ou até mesmo a adoção da rede privada como participante, deixando bem
140 claro que essa última forma oneraria por demais os cofres públicos. Retirou-se do plenário para
141 participação em uma reunião em Taguatinga. O **Conselheiro Raimundo Nonato de Lima** informou
142 que participou de reuniões terça-feira passada, ontem, no Ministério Público, e hoje na RE, e externou
143 preocupação com a paralisação do mutirão de cirurgias. Disse que na reunião do Ministério Público não
144 houve a orientação para parar o mutirão, mas sim rever a tabela de pagamento. O **Conselheiro José**
145 **Bonifácio Carreira Alvim** disse que o Procurador mentiu. Quando o Sr. Jairo Bisol disse que não
146 aceita pagamento por RPA por ser ilegal, segundo ele, a tabela CBHPM fica excluída. Relatou que foi
147 enviado documento ao Secretário de Saúde solicitando a suspensão do pagamento por meio de RPA a
148 partir do dia 08 de março. Esclareceu que o Secretário de Saúde tinha duas posições a tomar, uma
149 delas seria continuar com o mutirão contra essa recomendação, correndo o risco de o Ministério
150 Público o processar. Opinou que é contrário à realização do mutirão na rede privada de hospitais.
151 Pronunciou-se favorável à continuidade da modalidade RPA e tabela CBHPM. O **Conselheiro Bruno**
152 **Metre Fernandes** reforçou as palavras do Conselheiro José Bonifácio relativas à interpretação das
153 recomendações feitas pelo Ministério Público, resultando em travas administrativas que atrapalham e
154 atrasam os mutirões. Sugeriu colocar em votação. O **Conselheiro Tiago Sousa Neiva** disse que
155 recentemente teve uma lesão na mão e ficou cinco horas no Hospital Santa Lúcia para atendimento.
156 Disse que a qualidade do atendimento é sofrível com todo o mundo, inclusive na rede privada.
157 Ressaltou a qualidade do serviço público de saúde no DF. Disse, ainda, que o Sindicato dos Médicos
158 conseguiu um acordo com a SES referente à mudança no plano de carreira dos médicos, e que isso vai
159 consolidar as condições remuneratórias para atração dos médicos. O quórum foi verificado. O
160 **Convidado Helvécio** disse que foram levados ao Procurador Bisol a cópia do Plano de Saúde que foi
161 aprovado, a Resolução nº 395 do Conselho de Saúde do DF, e comentou-se a respeito de algumas
162 intervenções que já ocorreram na saúde pública do DF. Acrescentou que a maioria das ações do
163 próprio Promotor é consubstanciada por informações dadas por setores da própria gestão. Disse que o
164 CSDF tem um desafio pela frente, e a hora que mostrar publicamente os benefícios do mutirão pela
165 tabela RPA, a produtividade, identificar quem foi beneficiado, de que forma foi beneficiado, quem foi o



166 trabalhador, qual o procedimento no serviço público, estar-se-á fortalecendo as bases e a estrutura da
167 saúde pública, ao invés de transferir isso para a iniciativa privada. Propôs a otimização do mutirão. A
168 **Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso** prosseguiu com os encaminhamentos. O **Conselheiro**
169 **Domingos de Brito Filho** propôs uma planilha a ser apresentada no CSDF com os dados referentes
170 ao mutirão, e o esclarecimento de porque o Ministério Público está errado. A **Secretária Executiva**
171 **Ivanda Martins Cardoso** esclareceu que o Ministério Público não entrou na questão de valores de
172 maneira nenhuma, apenas questionou a forma de pagamento por RPA, pois não há argumento legal
173 jurídico que justifique tal forma de pagamento, e que a SES pode continuar com o mutirão por essa
174 tabela, mas sabendo que é ilegal, e isso mais adiante pode até vir a prejudicar o gestor a devolver esse
175 dinheiro, mas que pode ser que não, pois a SES está se defendendo com a tese da economicidade,
176 tese essa que é frágil, segundo o Procurador. A **Conselheira Yara Dias da Silva** encaminhou a
177 confecção de um documento com a demanda das cirurgias. O **Conselheiro João Cardoso da Silva**
178 encaminhou o apoio ao mutirão. Sugeriu a composição de uma comissão para a confecção de um
179 relatório detalhado a ser enviado ao Ministério Público. O **Conselheiro José Bonifácio Carreira Alvim**
180 disse que é consenso o apoio ao mutirão, realizado pela rede pública. Relatou que restou pendente a
181 questão do pagamento, se efetuado por hora extra ou produtividade – RPA, usando a tabela da
182 CBHPM. O **Convidado Helvécio** propôs que, na próxima Reunião Ordinária, seja apresentado o
183 projeto inicial do mutirão, já com os debates acontecidos no Pleno, o CSDF aprove uma Resolução já
184 com os pontos específicos de tomadas de posição do CSDF. Disse que por enquanto matem-se o
185 pagamento por RPA, deixando de fora a tabela, para composição após a Reunião Ordinária. O
186 **Conselheiro José Bonifácio Carreira Alvim** propôs avançar mais ainda, com a posição favorável ao
187 mutirão, permanecendo contrária a sua realização na iniciativa privada, sendo a favor da RPA, e
188 podendo ser discutida a tabela da CBHPM. A **Secretária Executiva Ivanda Martins Cardoso** solicitou
189 ao Dr. Humberto que, na próxima Reunião Ordinária do CSDF, trazer a apresentação referente ao
190 mutirão. Finalizou informando que dias 13 e 14 de junho será realizada, na FEPECS, a Oficina de
191 Planejamento do CSDF. A reunião foi encerrada às 12h11m. Para constar, eu, Ítalo de Araujo
192 Verlangieri, secretário *ad-hoc*, lavrei a presente ata para posterior apreciação e assinatura dos
193 Conselheiros. Brasília, 07 de maio de 2013.


RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA
Presidente do CSDF

IVANDA MARTINS CARDOSO
Secretária Executiva do CSDF

GISLENE REGINA DE S. CAPITANI
Conselheira titular

ROSELLE BUGARIN STEENHOUWER
Conselheira suplente

FÁTIMA LÚCIA ROLA
Conselheira titular

JOSÉ BONIFÁCIO CARREIRA ALVIM
Conselheiro titular



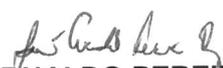
MARIA NATIVIDADE GOMES DA S. T. SANTANA
Conselheira titular

JOÃO CARDOSO SILVA
Conselheiro titular

BRUNO METRE FERNANDES
Conselheiro suplente


ABÍLIO CASTRO FILHO
Conselheiro titular


TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular


JOSÉ ARNALDO PEREIRA DINIZ
Conselheiro suplente

CÉLIA MARIA NUNES
Conselheira titular

MARCOS JOSÉ CARDOSO FARIA
Conselheiro titular

DOMINGOS DE BRITO FILHO
Conselheiro titular

LUIS CARLOS MACEDO FONSECA
Conselheiro suplente

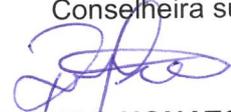
YARA DIAS SILVA
Conselheira titular

JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA
Conselheiro suplente

GRACIELLY ALVES DELGADO
Conselheira titular

ANTONIO LISBOA GONÇALVES
Conselheiro titular

REGINA LUCIA PINTO COHEN
Conselheira suplente



RAIMUNDO NONATO LIMA
Conselheiro titular

ITALO DE ARAUJO VERLANGIERI
Secretário *ad-hoc*